

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de treinamento de primeiros socorros aos servidores das unidades educacionais do município, nos termos da Lei 13.722/18.

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Necessita-se da contratação uma vez que o objetivo do treinamento de Primeiros Socorros é fundamental para preparar e capacitar os funcionários para agir da forma correta em situações de emergência dentro do ambiente de trabalho, prestando os cuidados imediatos e necessários, evitando assim, o agravamento do estado de saúde da vítima (aluno) até a chegada da assistência médica profissional.

REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:

A prestadora dos serviços deverá apresentar comprovação de qualificação técnica que atenda as exigências da Lei 13.722/18, referente ao profissional que irá executar os serviços, conforme solicitação do edital.

NATUREZA DOS SERVIÇOS:

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

Não foram constatados nos estudos realizados, nenhum impacto ao meio ambiente advindos da pretendida contratação.

DURAÇÃO DO CONTRATO:

O Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO:

Estima-se a contratação de empresa especializada na realização de treinamento de primeiros socorros aos servidores das unidades educacionais do município, nos termos da Lei 13.722/18, para preparar e capacitar os funcionários a agir da forma correta em situações de emergência dentro do ambiente de trabalho.

ESTIMATIVA DE PREÇO:

As estimativas do valor da contratação devem estar abarcadas por preços unitários referenciais, mediante documentos de cotações que lhes dão suportes, observados os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços que devem constar em documento separado e classificado.

Os métodos utilizados como parâmetros de obtenção dos preços deverão possibilitar economia de escala e devem se basear nas seguintes disposições, adotadas de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Em decorrência do estudo realizado a demanda se mostra viável, caso o valor contratado esteja dentro dos valores permitidos e apresentados pelo Departamento de Compras

VISTORIA:

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do serviço, em razão do objeto a ser contratado

AMOSTRAGEM:

Não se aplica

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Regime de execução: Valor global.

DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ocorrido, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local. Essas intervenções são muito importantes, pois podem evitar complicações e até mesmo evitar a morte de um indivíduo.

Antes de qualquer procedimento é importante que os funcionários estejam preparados para realizar os primeiros socorros de forma adequada.

Sendo assim, diante do exposto a empresa contratada deverá realizar o treinamento com qualidade, dentro dos padrões de qualidade para preparar e capacitar os funcionários para agir da forma correta em situações de emergência dentro do ambiente de trabalho.

Ademais, o treinamento deverá ser executado de acordo com as exigências da Lei Lucas nº 13.722/18, com carga horária de no mínimo 8 horas, com aulas teóricas e práticas, para 142 servidores da Educação, dividido em duas turmas: 1ª - servidores da Creche “Neuza Regina Bruno Carnevalli Gonzalez” e da Creche “Kenso Okumura” e a 2ª - servidores da EMEF “Maria Aparecida Pedrinho Furlan”, Projeto Arco-Iris e EJA.

Os treinamentos de primeiros socorros deverão ser realizados nos dias 05/07/2024 e 25/07/2024.

Os treinamentos de primeiros socorros serão realizados no Centro Físico Educacional e Lazer “Dr. José Caubi Campello Bessa”, localizado na Travessa Roberto Carlos Velho, nº 20, Centro, Taiuva-SP.

A **CONTRATADA** deverá abordar no mínimo o conteúdo abaixo:

Conceito Primeiros Socorros;

Histórico de Atendimento Pré-Hospitalar (APH);

Acionamento da **URGÊNCIA E/OU EMERGÊNCIA**;

Acionamento dos Recursos Externos;

Conduta do Socorrista;

Avaliação de Vítimas;

Parada Respiratória e Cardíaca;

Conceito de Urgência e Emergência;

Prática de Reanimação Cardiopulmonar (RCP);

Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE) (ENGASGAMENTO);

Desmaios e Convulsões;

Acidente Vascular Encefálico (AVE);

Distúrbio de Comportamento;

Tipos de Ferimento e Hemorragias;

Tipos de Fraturas;

Fraturas de Crânio, Coluna;

Fraturas no Tórax (Costelas) e Pelves;

Fraturas Membros Superiores e Inferiores;

Prática de Imobilizações;

Prática de Curativos;

Prática de Transportes.

A **CONTRATADA** deverá fornecer material didático impresso, referente ao conteúdo e metodologia a ser abordado no treinamento.

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar equipamentos e materiais apropriados para a realização dos treinamentos.

A **CONTRATADA** deverá fornecer certificação a todos os participantes, bem como certificado próprio para cada instituição de ensino, com a carga horária total do curso.

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO:

A licitação pública é um processo seletivo mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidade a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público, a fim de efetuar a contratação com empresa qualificada e com a melhor proposta. O procedimento licitatório, neste caso, assegura a contratação mais vantajosa.

GESTÃO DO CONTRATO:

Após a assinatura do contrato a prefeitura deverá convocar seus representantes para apresentação do plano de fiscalização, o qual conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis pela inobservância ou inexecução do contrato.

A gestora do contrato será a Supervisora de Serviços de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Senhora Carla Luiza Borçonaro Uekane, a qual irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

ACEITABILIDADE DO OBJETO:

No ato de assinatura do contrato, a empresa vencedora da licitação deverá designar os responsáveis por atender a demanda solicitada pelo contratante e para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas relacionadas ao planejamento, coordenação e execução, com viabilização de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico.

A contratação deverá ser feita por meio da respectiva unidade de medida adotada em cada item/lote e deverá ser levado em consideração o período de realização dos jogos.

SANÇÕES:

A aplicação de sanção administrativa será precedida de processo administrativo sancionador que obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade e supremacia do interesse público.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação será conforme a pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, verificando os valores contratados anteriormente.

No preço indicado deverão estar inclusos tributos, encargos sociais, previdenciários, securitários, impostos, lucros e demais despesas, incluídas as indiretas, todas necessárias à execução do objeto a ser contratado.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes para o presente procedimento já foram verificadas no Departamento de Contabilidade e serão acobertadas pela da seguinte Dotação Orçamentária:

FICHA 104**02 – Executivo****12.04.00 – Ensino Geral****12.361.0009.2042 – Manutenção do Ensino Fundamental****3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

FICHA 121

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.365.0009.2056 – Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHA 127

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.365.0009.2058 – Manutenção do Ensino Infantil Creche

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Educação.

EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL:

Tendo em vista a não obrigatoriedade editalícia e considerando que para verificação do valor que deva constar no contrato social da empresa, se faz necessário planilha de preço por cotação antecipada, bem como considerando a simplicidade da prestação dos serviços, desnecessário se faz a exigência de capital social para participação.

CAUÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO:

Devido simplicidade do objeto, assim como a desobrigação legal, desnecessário se faz a exigência de caução para participação.

GARANTIA DO CONTRATO:

Devido a simplicidade dos serviços, assim como a desobrigação legal, desnecessário se faz a exigência de garantia contratual.